
Sujeição e Violência Epistêmica nas Terapias de Conversão e no Discurso Religioso¹

Adille Rigoni MASSIMINI²
Daniel ZACARIOTTI³

Resumo

A partir do documentário Pray Away (2021), o presente artigo realiza uma análise crítica do discurso de sujeitos LGBTQIA+ expostos à Terapias de Conversão. Para isto, faremos um levantamento histórico destas terapias nos Estados Unidos da América e no Brasil de forma a criar um panorama de observação da evolução destas práticas e, de maneira paralela, discutir a influência de instituições no exercício destas terapias - em especial, instituições religiosas. Acreditamos, com esta pesquisa, que o discurso pós-sujeição a estas práticas possa funcionar como uma forma de resistência à violência epistêmica perpetrada nas Terapias Reparativas.

Palavras-chave: Documentário; Mórmons; Resistência; Sujeição; Terapias de Conversão.

INTRODUÇÃO

As Terapias de Conversão, também chamadas de Terapias Reparativas ou Terapias de Reorientação Sexual e de Gênero, são práticas e métodos que tem como objetivo principal eliminar impulsos e orientações homo-bi-transsexuais de indivíduos da comunidade LGBTQIA +. A origem, ou melhor um primeiro espaço possível de observação concreta, deste tipo de prática remonta ao período da Alemanha nazista onde homossexuais, em geral homens homossexuais, eram submetidos a tratamentos com hormônio, estupro e sexo forçado com pessoas do sexo oposto - em uma lógica binária - de forma a "recuperar" a heterossexualidade dos mesmos. Com o avanço do regime nazista e a ineficácia destas práticas "reparativas", os homossexuais eram então castrados

¹ Trabalho apresentado no GP Estéticas, Políticas do Corpo e Gêneros, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda em Comunicação e Práticas de Consumo (ESPM-SP). Pesquisa gênero, mórmons, comunicação e consumo. Possui bolsa oferecida pela CAPES - Brasil - Código de Financiamento 001. Dillirigoni.massimini@gmail.com.

³ Mestrando em Comunicação e Práticas de Consumo (ESPM-SP). Pesquisa corpo, documentário, gênero e epistemologia da performance em uma perspectiva interseccional. Possui bolsa oferecida pela CAPES - Brasil - Código de Financiamento 001. danielzacariotti@gmail.com.

e mandados para campos de concentração com a famosa marcação do Triângulo Rosa⁴ em suas roupas. Assim, pensando o espaço das Terapias de Conversão, o presente artigo visa, a partir do documentário Pray Away (2021), discutir os discursos realizados por vítimas desse tipo de prática, e a divulgação deste discurso, como uma forma de resistência da comunidade LGBTQIA + frente às violências epistêmicas realizadas durante as Terapias Reparativas.

Para isto, faremos, inicialmente, uma breve localização histórica dessas terapias no Brasil e nos Estados Unidos da América, frisando, especialmente, a participação da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias como uma grande apoiadora das Terapias de Conversão, no passado, e como uma grande influência na definição, ou melhor na não existência, de políticas públicas voltadas à comunidade LGBTQIA +; após, discutiremos a importância do discurso pós-terapias como um ato de resistência à violência epistêmica e, em paralelo, a importância da sujeição para este cenário; e, por fim, olharemos de maneira aplicada a alguns discursos proferidos nos materiais empíricos selecionados por vítimas destas terapias - voltando toda a construção teórica à materialidade do discurso.

Como metodologia propomos um processo de coleta multi focada e expandido, isto é, tomaremos diversos caminhos de aproximação sobre os discursos presentes no documentário aqui analisado. Acreditamos que, assim, poderemos fazer um levantamento transversal destes discursos dentro do material fílmico. Para a análise dos discursos em si, propomos uma análise crítica do discurso (ACD) a partir de Van Dijk (2018).

Para o autor, a análise crítica do discurso nos permite, mais do que analisar o que é dito, entender o acesso aos espaços de fala. A ACD tem um foco específico nos problemas sociais e nas relações de poder, que nos ajudam a compreender como isso reflete no discurso. A relação entre o discurso e o poder está, em sua forma mais explícita, no uso de mecanismos comunicativos para exercer o controle sobre outros grupos ou indivíduos (VAN DIJK, 2018).

A partir disso, van Dijk (2018) constata que o controle é regra, o que o leva a investigar os abusos do poder. Para ele, o controle pode também ser aplicado à mente e não só ao discurso, isso significa que quem ocupa o nível mais alto em determinada hierarquia tem controle sobre diversos aspectos na vida dos que estão nos níveis mais

⁴ Símbolo que durante o nazismo foi usado para identificar homens homossexuais e que, hoje, é utilizado como forma de resistência na comunidade LGBTQIA +.

baixos, como o conhecimento, as opiniões, atitudes, ideologias e outras representações sociais. Quando van Dijk (2018) se refere ao controle da mente, isso é resultado de um controle do discurso, e leva ao controle das ações. Neste artigo, iremos nos referir a essa ideia por “controle do discurso público”. Seguindo essa lógica de controle, em que o discurso tem um papel fundamental no controle do discurso público, que por sua vez controlam a ação, van Dijk (2018) entende que as pessoas que ocupam espaços de poder buscam, em primeiro lugar, controlar o discurso e, para isso, é preciso controlar os contextos nos quais os eventos comunicativos acontecem

Desta forma, é importante debatermos a resistência e a sujeição ao poder visto que, para Butler (2019), o sujeito é formado em sujeição, ou seja através das relações de poder, que, por sua vez, resultam na resistência. Para a autora, o poder não é imposto a nós, mas é o que sustenta a nossa existência. Considerando que a sujeição implica na dependência do sujeito a um discurso, que sustenta suas ações e o precede sem que tenha consciência de suas ações, podemos entender que, neste caso, a religião desempenha o papel de emissora deste discurso.

PODER, RELIGIÃO E TERAPIAS DE CONVERSÃO

Antes de adentrarmos nos materiais empíricos ou no discurso em si, desejamos fazer uma breve apresentação histórica das Terapias de Reversão da Orientação Sexual, com foco no Brasil e nos Estados Unidos da América - sendo esta seleção feita para que houvesse um paralelo entre países onde estas terapias são proibidas judicialmente, no Brasil, e onde não há proibição, nos EUA. Sendo que, a patologização em geral dos comportamentos homoeróticos, principalmente, tem uma forte contribuição no desenvolvimento destes cenários.

A patologização dos comportamentos e desejos homoeróticos deve ser entendida como consequência do processo mais amplo de patologização das sexualidades dissidentes. Na medida em que o conceito de instinto se torna uma categoria central, a partir da metade do século XIX, qualquer desvio de seu curso “normal”, isto é, o direcionamento heterossexual, passa a ser objeto de diagnóstico. Nas classificações psiquiátricas que começam a tomar corpo no final do século XIX, tais comportamentos e desejos passam a ser associados à categoria mais abrangente das perversões, como no clássico manual de Krafft-Ebing (1894): se há um desenvolvimento “normal”, tudo o que foge a ele é perverso. Nesse mesmo manual, a “inversão sexual” é entendida como sendo congênita ou adquirida, e podemos observar em seu conteúdo uma clara associação de comportamentos e desejos homoeróticos com outros tidos como

desviantes (como é o caso da masturbação nas mulheres e da pedofilia nos homens). (GARCIA e MATTOS, p.53, 2019)

Quanto às Terapias de Conversão, os EUA têm um papel fundante em sua consideração como uma possibilidade de terapia para sujeitos LGBTQIA+. Como mostra Silva (2007), é a partir da exclusão da homossexualidade como patologia do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM em 1973 que, em 1976, é criada a *Exodus International*, organização que se tornaria o maior espaço para Terapias de Conversão dos EUA e um dos maiores do mundo. Os líderes desses espaços eram, em geral, pessoas que se intitulavam como ex-homossexuais ou, em menor caso, ex-transsexuais e, a partir do testemunho como lugar comprobatório, buscavam sujeitos LGBTQIA+ que desejassem se livrar de seus desejos "impuros".

Com um pano de fundo que define a homossexualidade como pecado, grupos religiosos passam a misturar estratégias de "tratamento" da homossexualidade exclusivamente religiosas (tais como exorcismos) com terapias grupais e grupos de mútua-ajuda, como é o caso dos Homossexuais Anônimos, que funcionam nos moldes do Alcoólicos Anônimos (HALDEMAN *apud* GARCIA e MATTOS, p.56, 2019)

Assim, é formada nos Estados Unidos, principalmente a partir da figura da *Exodus International*, uma rede nacional destas chamadas terapias, sendo que esta rede teve forte apoio de instituições governamentais, em especial de políticos ligados à bancada religiosa e de extrema direita, e de instituições religiosas. Como mostram Garcia e Mattos (2019) e Silva (2007), este movimento de terapias é potencializado pela epidemia de HIV/AIDS nos EUA, durante os anos 1980, e, a partir dos anos 1990, os grupos anti-LGBTQIA+ e ex-LGBTQIA+ se unem para utilizar a grande mídia como um espaço de divulgação de campanhas que levassem factibilidade e desejabilidade aos "tratamentos" da homo-bi-transsexualidade. Ou seja, existe a formação de uma aliança contra os sujeitos LGBTQIA+ por parte de sujeitos de extrema direita, sujeitos autodeclarados ex-LGBTQIA+ e representantes das Igrejas. Sendo que, até hoje, este cenário se repete nos EUA, porém, em menor escala.

Já no Brasil, como mostra Macedo (2018), em 1988 foi criado o Grupo de Amigos (GA), em 1997 o Movimento Sexualidade Sadia (Moses) e, em 1998, a *Exodus International* chegou ao país. Porém, diferente dos EUA que enfrentam diversas batalhas judiciais pela proibição das Terapias de Reversão, em 1999 o Conselho Federal de Psicologia - CFP publicou a Resolução nº 001/1999 que determinou que os profissionais

da psicologia não poderiam desenvolver ou colaborar com ações patologizantes de sujeitos LGBTQIA + e, em paralelo, oferecessem tratamentos de cura para este grupo.

Tal Resolução tem funcionado como importante instrumento no combate a práticas violentas contra pessoas LGBTI+ no âmbito da Psicologia. A Resolução no 001/1999 do CFP estabelece um marco no debate sobre as terapias conversivas no Brasil. Ela mobilizou – e, com isso, visibilizou – uma série de movimentos e articulações entre Psicologia e religiões cristãs, e sua manutenção não tem sido feita sem confrontos. Em nosso país, a defesa da “legalidade” das terapias de reversão da orientação sexual dá-se a partir do fortalecimento de grupos religiosos fundamentalistas, que passaram a questionar juridicamente a Resolução. Observamos nas últimas décadas um crescente movimento de profissionais que se denominam “psicólogos cristãos” e que têm pautado o direito de oferecer terapias conversivas em suas clínicas e centros de tratamento. (GARCIA e MATTOS, p.57, 2019)

Pensando neste cenário da reação cristã a esta Resolução Garcia e Mattos (2019) e Macedo (2018) apontam alguns momentos chave, são eles: o posicionamento de oposição por parte do Corpo de Psicólogos e Psiquiatras Cristãos (CPPC), ainda em 1999. Já no ano de 2004, a psicóloga Rozangela Justino criou a Associação Brasileira de Apoio aos que Voluntariamente Desejam Deixar a Homossexualidade (ABRACEH) - sendo que, como mostram os autores:

Após o ingresso de representação por parte de uma ONG no Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) contra Justino, o CRP-RJ decidiu por uma censura pública contra a psicóloga em 2007, motivando um amplo debate acerca do tema. Em 2009, após recurso, o CFP manteve a decisão do julgamento. Em 2011, a autodenominada “psicóloga cristã” Marisa Lobo teve seu registro profissional caçado pelo CRP-PR, por oferecer publicamente terapia conversiva. Em 2016, Rozangela Justino liderou um movimento que impetrou Mandado de Segurança no Ministério Público Federal do Rio de Janeiro contra a Resolução no 01/1999 do CFP. Esse Mandado originou uma Ação Popular pelo Ministério Público Federal, que demandou a suspensão da Resolução. Tal Ação foi julgada em setembro de 2017 pelo juiz federal Waldemar Cláudio de Carvalho, que concedeu liminar parcial contra o CFP. Em 2019, o Supremo Tribunal Federal cassou a liminar concedida, reassegurando a validade da Resolução no 001/19997. (GARCIA e MATTOS, p.57, 2019)

Assim, vemos que, apesar da proibição há mais de 20 anos, ainda existe um debate intenso no Brasil quanto à possibilidade de realização das chamadas Terapias de Conversão sendo que, como podemos ver, este debate é, muitas vezes, encabeçado por sujeitos que se aliam a discursos religiosos.

Quando adentramos o discurso religioso e, especificamente, focando na Igreja Mórmon, Taylor Petrey (2020) - especialista nos cruzamentos entre Igreja, gênero e sexualidade - ressalta que o período após a II Guerra Mundial foi marcado por uma

transição nas sensibilidades em relação aos relacionamentos homoafetivos. Neste mesmo período os tratamentos psiquiátricos com o objetivo de alterar orientações sexuais ganhavam força nos EUA, fazendo com que as denominações religiosas deixassem de considerar somente o ato de ter relações sexuais com pessoas do mesmo sexo - chamado de sodomia - para considerarem também uma gama de mecanismos disciplinares para pecados psicológicos e sociais, ou seja, passaram a considerar ser homossexual, um pecado⁵, marcando a transição de pensamento sobre a homossexualidade nas igrejas.

A homossexualidade não era tratada como um pecado na Igreja Mórmon até os anos 1950, de forma que, até então, esta era tratada como qualquer outro pecado sexual, como ter relações sexuais antes do casamento ou o adultério. Somente em 1968 que a homossexualidade foi adicionada à lista de transgressões que poderiam levar a uma excomunhão. Em 1952, a Associação Americana de Psiquiatria listou a homossexualidade como um distúrbio de personalidade sociopata e neste mesmo ano um apóstolo da Igreja Mórmon usou as palavras "homossexual" e "homossexualidade" pela primeira vez em um discurso público da Igreja, acusando os termos de eufemismos para os pecados de Sodoma e Gomorra. Esse discurso marcou a transição de pensamento da Igreja Mórmon acerca da homossexualidade. Nesta mesma década, Spencer W. Kimball, um líder da Igreja, começou a publicar livros e panfletos com o objetivo de levar técnicas pastorais e práticas espirituais que prometia a cura aos membros da Igreja que se identificavam LGBTQIA+ (PETREY, 2020).

Durante as décadas de 1950 e 1960 a homossexualidade foi tratada pelos líderes da Igreja Mórmon como uma doença, uma perversão, um pecado e como não natural, mas que poderia ser curada. Enquanto na década de 1950 a Igreja Mórmon era resistente à participação de psicólogos e psiquiatras nestes processos de cura, durante a década de 1960 a instituição se mostrou mais aberta a esta possibilidade, trazendo psicólogos Mórmons para apoiarem neste trabalho. Entretanto, Petrey (2020) defende que estes profissionais não estavam lá para aconselhar a Igreja sobre o assunto, mas sim para serem instruídos pela liderança da instituição.

Na mesma época surgiram alguns casos de homens foram presos em Utah sob acusações de serem gays e a Igreja Mórmon foi envolvida nestes casos, assumindo o papel de "reabilitação", através da "cura" por meio de técnicas pastorais. Portanto, podemos

⁵ Petrey (2020) determina que o termo sodomia pode ser caracterizado por um conjunto de ações, enquanto o termo homossexuais, na época, passava a ser usado para descrever a identidade de uma pessoa.

entender que as terapias de conversão fizeram parte da história da Igreja Mórmon durante o século XX. Durante a década de 1970, surgiram diversas organizações de cura gay, como a *Exodus International* e os Mormons assumiram a linha de frente na organização de movimentos como estes, oferecendo tratamentos profissionais para a homossexualidade, através do uso da psicologia combinada com ensinamentos cristãos fundamentalistas por líderes eclesiásticos da Igreja Mórmon (PETREY, 2020).

Podemos notar que a Igreja Mórmon já exerceu uma grande influência nas políticas públicas, especialmente no estado de Utah, nos Estados Unidos, onde está sediada a instituição. Entretanto, a influência da Igreja Mórmon já ultrapassou as fronteiras do estado de Utah, impactando no *Prop 8*, na Califórnia, em 2008. No início dos anos 2000 os líderes da Igreja Mórmon declararam que a instituição da família estava sob ameaça por conta da força que os movimentos pela legalização do casamento LGBTQIA+ estavam ganhando. Por conta disso, a Igreja se uniu com outras instituições religiosas e grupos conservadores, investindo em ações para disseminar mensagens contra o casamento LGBTQIA+, de forma que essas mensagens não fossem direcionadas apenas aos membros da Igreja. Para isso, a Igreja contou com a ajuda de figuras públicas importantes que eram parte da instituição, como a CEO da empresa de publicação da Igreja e o então governador de Massachusetts, Mitt Romney, que lançou uma estratégia de oposição ao casamento gay, porém não teve muitos resultados. Durante todo o processo de votação para a aprovação do *Prop 8*, a Igreja Mórmon assumiu um posicionamento público, incentivando pessoas a se oporem à causa, o que fez com que a emenda não fosse aprovada em 2008 (PETREY, 2020). Esse é um exemplo do poder que as instituições religiosas podem assumir na esfera pública, impactando até mesmo pessoas que não estão diretamente associadas à elas.

A Igreja Mórmon tem um grande foco na família – dentro de um modelo heteronormativo e binário – além de considerar que uma das principais missões do ser humano na terra é o casamento eterno (realizado nos templos da Igreja Mórmon). Além disso, a Igreja ensina que aqueles que não tiverem a oportunidade de se casarem na vida mortal, poderão fazê-lo após a morte. Sendo assim, a Igreja Mórmon interpreta que a homossexualidade é uma provação divina deste estágio da existência e que, se estas pessoas seguirem os mandamentos da Igreja e escolherem viver uma vida celibatária, poderão ter um casamento eterno após a morte, ou ainda podem optar por um casamento com orientações sexuais mistas – que é incentivado pela Igreja Mórmon através de vídeos

e outros materiais produzidos pela instituição, além dos próprios líderes eclesiais encorajarem a prática.

Ao longo dos anos o discurso da Igreja Mórmon sobre a homossexualidade sofreu pequenas mudanças, que apesar de abandonar as terapias de conversão na década de 1980 e emitir uma declaração apoiando que as terapias de conversão fossem proibidas em Utah em 2019, não a afastaram do conceito binário e heteronormativo de família e das relações afetivas. Atualmente, a Igreja não considera um pecado ser homossexual, mas sim viver esta orientação sexual.

Se você basear suas decisões em princípios eternos e não nos desafios ou desejos terrenos, poderá ter “paz neste mundo e vida eterna no mundo vindouro” (D&C 59:23). Essas bênçãos baseiam-se na obediência a princípios eternos. A importância da família é um desses princípios. O céu está organizado em famílias, e para isso é preciso haver um homem e uma mulher que exerçam juntos seus poderes de criação dentro dos limites estabelecidos pelo Senhor. O relacionamento entre pessoas do mesmo sexo não condiz com esse plano. Sem um marido e uma mulher não haveria família eterna e não teríamos a oportunidade de tornar-nos semelhantes ao Pai Celestial. (A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ÚLTIMOS DIAS, 2007, s.p.)

Portanto, podemos entender que ainda que a Igreja Mórmon se posicione de forma contrária às terapias de conversão, essa ainda pratica outras violências contra a comunidade LGBTQIA+, de forma que pregam por um apagamento e deslegitimam a existência destes grupos. Além disso, podemos entender que mesmo que a Igreja não apoie terapias de conversão atualmente, ainda existe uma crença de que existe uma cura para a homossexualidade, mesmo que esta seja alcançada após a morte.

SUJEIÇÃO E RESISTÊNCIA PÓS-TERAPIA

Para Rancière (*apud* MARQUES, 2011) o desentendimento é fundamental para a constituição de uma base estética da política, que por sua vez viola as leis naturais de gravitação de corpos sociais, através de lutas que reivindicam o acesso à linguagem e ao discurso dentro da comunidade. Rancière (2018) entende que são estabelecidos dissensos através da estética da política, uma vez que aqueles que estão à margem de uma comunidade ganham voz e visibilidade para debaterem questões comuns a todos. O dissenso escancara as fragilidades de certezas acordadas socialmente e que dificilmente são colocadas à prova.

Rancière (*apud* MARQUES, 2014, p.73) defende que as cenas de dissenso se constituem quando “ações de sujeitos que não eram, até então, contados como interlocutores, irrompem e provocam rupturas na unidade daquilo que é dado e na evidência do visível para desenhar uma nova topografia do possível”. Desta forma, as cenas de dissenso promovem a emancipação através de atos de resistência, que buscam mudar aquilo que era considerado fixo, estável ou imutável.

Sendo assim, podemos entender que a resistência está no discurso, de forma que o dissenso desloca as estruturas permitindo que minorias que até então estavam silenciadas dentro de uma estrutura de poder, tivessem acesso à fala. Retomando as ideias de Butler (2019), podemos ainda pensar que para que essas estruturas se rompam, é preciso que antes estas minorias, no caso a comunidade LGBTQIA+, entendam o espaço que ocupam nas estruturas de poder e reconheçam o poder das instituições religiosas.

Judith Butler (2019d) ainda defende que o que sustenta as lógicas de poder é a relação de cumplicidade entre superior e subordinado, portanto, é necessário que todas as pessoas envolvidas neste “jogo” entendam o papel que ocupam. Sendo assim, a autora entende que o poder tem uma relação muito próxima ao reconhecimento.

É através da linguagem que acontece o processo de reconhecimento entre os indivíduos, que implica na identificação das autoridades nesses jogos de poder. Nesse processo de oferecer e aceitar o reconhecimento, acontece a interpelação, que é “a produção discursiva do sujeito social” (BUTLER, 2019d, p.14).

Considerando a Igreja Mórmon, entendemos que o poder da Igreja sobre seus membros está relacionado ao que é proposto pela própria crença, visto que a condição para que uma pessoa seja exaltada e, portanto, alcance à vida eterna. Desse modo, todo e qualquer desvio em relação ao cumprimento dos mandamentos pode colocar essa vida eterna em risco, o que leva muitos mórmons a terem medo de sofrer consequências “eternas” por ações que não estejam de acordo com o que é ensinado pela Igreja (MASSIMINI, 2018). Portanto, podemos entender que a manutenção do poder da Igreja em relação aos seus membros se dá através do medo.

Pensamos então, as práticas de Terapias de Conversão como formas de violência epistêmica contra a população LGBTQIA +, afinal, a ação da violência epistêmica está

justamente na regulação dos acessos dos corpos – regulação dada, neste caso, tanto em um sentido físico, de cerceamento dos espaços que este corpo acessa, quanto simbólica, subjetiva e intelectual, a partir do controle dos conhecimentos e práticas sexuais e de gênero destes indivíduos.

A violência epistêmica consiste em controlar os sujeitos marginalizados do conhecimento e suas produções por meio de diversas operações de exclusão, apagamento, delimitação, regulação, desapropriação/apropriação cultural e incorporação. *In fine*, elas tornam possível a obtenção da mais-valia sobre os ombros de sujeitos de conhecimento subordinado ou invisibilizado na forma de extração direta ou indireta. (BOURCIER, 2020, p. 89)

Ou seja, pensar o discurso como um ato de resistência é também um enfrentamento às bases do capitalismo neoliberal e, em especial, da religiosidade contemporânea frente à violência epistêmica contra corpos LGBTQIA+. Ao controlar as práticas de sujeitos dissidentes de sexo e gênero, o sistema neoliberal-religioso delimita a validade e os possíveis acessos que estes corpos podem ter; sendo assim, ainda seguindo Bourcier (2020), opor o corpo do sujeito à subjetivação religiosa e neoliberal, limitada, dessexualizante e despolitizadora faz (ou deveria fazer) parte da observação de todo estudo que vise discutir os sentidos e práxis LGBTQIA+ dentro da esfera das Terapias de Conversão.

Deste modo, um estudo dos discursos LGBTQIA+ e da violência contra estas subjetividades não poderia se dar de maneira ética sem que reflita diretamente na formação destes discursos como um enfrentamento às bases estruturantes de uma visão religiosa-neoliberal contemporânea que tenta formar aquilo que Bourcier (2020) chama de bons homos⁶ - que, apesar de nas Terapias de Conversão o objetivo principal seja desaparecer com qualquer traço de homo-bi-transexualidade, pode aqui ser usado como um paralelo.

Que o corpo seja um dos principais suportes de resistência [LGBTQIA+]. A subjetivação capitalista e neoliberal apresenta falhas. Muito foi escrito sobre o novo espírito do capitalismo, mas muito pouco sobre o novo corpo que ele produz. Gays, lésbicas e trans* não são todos “bons homos”. Longe disso. (BOURCIER, 2020, p. 116)

⁶ Os bons homos seriam aqueles gays e lésbicas que se encaixam na narrativa e estética do mundo capitalista contemporâneo e, de alguma maneira, na expectativa da religião, ou seja, financeiramente bem-sucedidos, casados, aliados aos valores da direita política. Os bons homos não poderiam ser pessoas trans, intersexuais, bichas, sapos, freaks, fags e outrxs.

Assim, pensar os discursos dos sujeitos LGBTQIA + que passaram pela violência epistêmica das Terapias de Reparação como uma quebra com as lógicas tanto neoliberais quanto religiosas é, de certa forma, fazer com que o poder circule de volta às mãos destes sujeitos. Isto é, trazer o discurso pós-violência ao centro da pesquisa é fazer um processo de celebração das sexualidades e gêneros atacados e desvalidos pelas terapias.

DO DISCURSO À SOBREVIVÊNCIA

Chegando à análise empírica especificamente, traremos, inicialmente, um olhar que circunda o documentário *Pray Away* de modo a montar um panorama de sua história, narrativa e apresentação. Após, faremos a análise detalhada de três discursos de três personagens elementares à narrativa.

O documentário *Pray Away* foi lançado em 16 de junho de 2021 pela Netflix e tem como diretora Kristine Stolakis. A narrativa traz alguns líderes e representantes do movimento “pray the gay away”⁷ para falar sobre o desenvolvimento do movimento, em especial em relação à organização *Exodus International*, durante os anos 70 nos EUA. A história é focada no arrependimento destes líderes, no enfrentamento das consequências de suas ações e, concomitantemente, na aceitação de suas sexualidades por parte deles – hoje entendendo que eles foram sobreviventes dos anos de trauma perpetrados por estas organizações. Além disso, o documentário também apresenta Jeffrey Mccall – um sujeito que se apresenta como ex-transgênero – que atua hoje como um agente de promoção das Terapias de Conversão a partir da sua própria experiência como testemunho.

O documentário apresenta uma espécie de formação histórica dos movimentos pró-cura gay nos EUA a partir da fala dos ex-líderes e, principalmente, a partir dos acessos que, ao utilizar destes sujeitos como exemplo, esses movimentos conseguiram dentro da sociedade estadunidense – em alguns casos chegando a filiações com entes do alto escalão político do país.

Para a presente análise crítica dos discursos, iremos apresentar um trecho do discurso de Jeffrey Mccall, antes referido, Julie Rodgers, mulher lésbica que em sua juventude foi ativa em grupos como o *Exodus* e que, atualmente, está casada com uma mulher, e Michael Bussey, co-fundador e ex-líder da *Exodus International*. Fazemos esta

⁷ "Reze para que o gay saia".

seleção devido à participação e inserção dos sujeitos, anteriormente ou nos dias de hoje, dentro dos movimentos anti-LGBTQIA+.

O primeiro discurso é, não por coincidência, o único de uma pessoa que ainda faz parte de um movimento anti-LGBTQIA+ e o primeiro momento de fala para a câmera do documentário. Esta é a fala de Jeffrey Mccal: “Eu era assim. Diz “em cativo” e “livre” (Jeffrey mostra em seu computador uma imagem dele durante a transição de gênero e, ao lado, uma foto após a volta a uma identidade masculina). O melhor de Jesus, para mim, é que Ele é a verdade. Quando você conhece a verdade, a verdade o liberta. Acredito na Bíblia. Que essas pessoas não herdarão o Reino de Deus. Acredito que as pessoas podem mudar e conseguir uma renovação da própria sexualidade. O Espírito Santo pode dar novos desejos e vontades. Jesus pode transformar”.

Neste discurso podemos ver a sujeição de maneira clara, Jeffrey sustenta suas ações a partir de um discurso religioso, e do poder que este discurso tem sobre ele. Ao entrar em um processo de associação a uma identidade masculina, após anteriormente se identificar como uma mulher transgênero, Jeffrey toma o discurso religioso como mote – “Acredito que estas pessoas não herdarão o Reino de Deus”. É através da ótica do poder e da recompensa que o discurso religioso age sobre Jeffrey que, até então, é o único que ainda segue as práticas da chamada cura gay.

O segundo discurso aqui trazido é apresentado nos momentos finais do filme, Julie Rodgers dá o seu relato em cenas intercaladas ao seu casamento: “Sofri um trauma e isso resultou em formas de auto-ódio. Mas eu sobrevivi. Estou muito feliz e encontrei alguém que amo muito. E estamos indo, mas nem todos estão. Líderes ex-gays estão fazendo o que eles acreditam ser o melhor para todos. O problema é que o que eles acham saudável e pleno é tentar nos encaixar em algo que não podemos ser. Eu queria que eles nos escutassem e acreditassem em nós quando dizemos que somos muito mais saudáveis e felizes agora que não somos mais parte daquilo.”

A trajetória de Julie é uma das mais importantes da narrativa, desde muito jovem ela acompanhou grupos anti-LGBTQIA+ e, por isso, teve o desenvolvimento de sua identidade marcado por cercas. Julie conta durante o filme que este fato chegou a resultar em auto mutilações constantes e, neste último discurso, ela usa o espaço documental para apresentar toda a violência que ela sofreu e, acima de tudo, ressaltar a importância de que as Terapias de Conversão acabem.

O discurso de Julie deixa claro o ato de violência que existe dentro destas chamadas terapias e que, talvez seguindo o modelo brasileiro, há a necessidade urgente de proibição dos mesmos nos EUA. Assim, trazemos para análise, de maneira paralela ao discurso de Julie, a última fala do filme, feita por Michael Bussey.

“Enquanto houver homofobia neste mundo, alguma versão da *Exodus* surgirá. Porque não é a organização nem são os métodos que ela usa, é a crença básica de que há algo intrinsecamente desordenado e que deve ser mudado em ser gay. Enquanto isto continuar a existir, haverá alguma forma disso”. A fala de Michael, uma figura chave por ter sido um dos fundadores do *Exodus*, é decisiva: o discurso anti-LGBTQIA+ está, hoje, para além das organizações – ele é, talvez, algo que deva ser revisto na própria subjetividade coletiva contemporânea.

Pensando então os discursos destes três sujeitos que, cada uma a sua maneira, marcam o desenvolvimento de Terapias de Conversão e grupos que utilizam da religião como um mote anti-LGBTQIA+, vemos a sujeição ao discurso religioso e, paralelamente, a violência epistêmica – e também auto-violência epistêmica – sendo quebrada por uma lógica de depoimento. É o falar sobre o ocorrido que causa uma retomada do poder por parte dos sujeitos – mesmo que estes sujeitos ainda se insiram na lógica da sujeição, como Jeffrey.

CONCLUSÃO

Como mencionamos anteriormente, ao citarmos a Igreja Mórmon, o poder das instituições religiosas está relacionado ao medo que seus seguidores têm da punição apresentada pelas Igrejas como resposta a qualquer transgressão. Uma vez que ser LGBTQIA+ é considerado uma transgressão, estes indivíduos lutam contra essa identidade, visto que isso é apresentado como uma possibilidade de salvação pelas instituições religiosas.

O documentário *Pray Away* apresenta pessoas que passaram por terapias de conversão e abandonaram estes grupos, sendo assim, o poder das igrejas sobre estas pessoas estava presente não apenas nas cerimônias e rituais religiosos, como também através destes grupos que buscavam moldar ainda mais a identidade de pessoas LGBTQIA+. Uma vez que estas pessoas romperam com o grupo e falaram publicamente sobre os traumas que a experiência religiosa trouxe para suas vidas, elas assumem um

novo espaço de poder diante da instituição. Rompendo com uma estrutura pré-determinada, na qual até então elas exerciam um papel de receptoras das mensagens, mas não de emissoras.

Uma vez que as instituições religiosas têm influência sobre as políticas públicas, como apresentamos no caso dos mórmons, o rompimento destas estruturas se faz ainda mais importante, já que tais práticas religiosas, além de imorais, podem impactar na vida de pessoas que não têm ligação nenhuma com estas instituições. Portanto, ao assumir esta nova posição de poder diante das instituições religiosas e dos grupos que promovem terapias de conversão, estas pessoas assumem um espaço de poder que influencia também a esfera pública.

Além disso, é preciso estarmos sempre atentos, uma vez que as violências causadas por instituições religiosas à comunidade LGBTQIA+ estão além das terapias de conversão, que são exemplos de casos extremos de violências. Entretanto, muitas denominações religiosas ainda praticam outras formas de violências direcionadas a estes grupos, como a invisibilidade e a deslegitimação da existência destes indivíduos.

REFERÊNCIAS

A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ÚLTIMOS DIAS. **Deus Ama Seus Filhos**. Salt Lake City, Utah, 2007.

BOURCIER, S. **Homo Inc.Orporated: o triângulo e o unicórnio que peida**. São Paulo: N-1 Edições, 2020.

BUTLER, Judith. **A Vida Psíquica do Poder**. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2019.

HALDEMAN, D. C. Therapeutic antidotes: Helping gay and bisexual men recover from conversion therapies. **Journal of Gay and Lesbian Psychotherapy**, v.5, n.3/4, 119-132, 2002

KRAFFT-EBING, R. **Psychopathia sexualis**. Philadelphia, PA: Davis Company, 1894.

MACEDO, C. A “cura gay” desde 1950. **Notícias CLAM**, 2018.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Comunicação, estética e política: a partilha do sensível promovida pelo dissenso, pela resistência e pela comunidade. In: **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 22, p. 25-39, dez. 2011.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Política da imagem, subjetivação e cenas de dissenso. In: **Discursos fotográficos**, v. 10, n. 17, p. 61-86, 2014.

MASSIMINI, Adille Rigoni. **A Comunhão entre Religião e Consumo: um estudo sobre A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias**. Orientadora: Profa. Dra. Vanessa Clarizia Marchesin. 2018. 209 f. TCC (graduação) – curso de Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda, Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, 2018.

PETREY, Taylor G. **Tabernacles of Clay: Sexuality and Gender in Modern Mormonism**. United States of America: The University of North Carolina Press, 2020.

Resolução CFP no. 01/1999, de 22 de março de 1999. **Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual**. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf

SILVA, A. **Homossexualidade e discriminação: O preconceito sexual internalizado** (Tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2007.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e Poder**. São Paulo, SP, Editora Contexto, 2018.